



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

## SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011194-09.2015.8.26.0566/01**  
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Exequente: **Nilson Martins de Moraes**  
 Executado: **Panamericano Arrendamento Mercantil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

## D E C I D O.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença onde a ré alega excesso de execução no tocante ao valor pleiteado pelo autor, pois a tarifa que conclama o recebimento não lhe foi cobrada.

O autor sustenta que a tarifa que lhe foi cobrada "outros serviços" tem o mesmo condão da tarifa "serviços de terceiros" objeto da decisão recursal.

Assim posta a questão, é incontroverso que o documento de fl. 17 comprova que a tarifa "serviços de terceiros" é zerada.

Dessa maneira, a prova apresentada prestigia satisfatoriamente os argumentos do executado e não foi contraposta convincentemente por outros elementos de convicção.

A decisão recursal que transitou em julgado, foi clara em estabelecer que a tarifa que a ser restituída é a de "serviços de terceiros"

É por isso que, acolhendo-se a impugnação de fls. 7/8, extingue-se a execução, considerando-se que não houve a cobrança da tarifa expurgada na decisão do colegiado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a impugnação para extinguir a execução pelos motivos elencados na fundamentação da presente.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente anote-se o necessário e providencie-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais.

P.R.I.

São Carlos, 06 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**